

Pandemia e política no Brasil

**Conjuntura e cenários para o
enfrentamento da crise e as
perspectivas para 2022**

Aldo Fornazieri // Hélio Bacha // Luís Nassif // Pedro Serrano

Organização: William Nozaki



**SOCIOLOGIA
E POLÍTICA**
ESCOLA DE
HUMANIDADES

EDITORA **SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

Dados Internacionais da Catalogação-na-Publicação (CIP)

Pandemia e política no Brasil : conjuntura e cenários para o enfrentamento da crise e as perspectivas para 2022 / organização William Nozaki ; [debatedores] Aldo Fornazieri ... [et al.]. – São Paulo : Editora Sociologia e Política, 2021.

29 p. – (Debates contemporâneos, n. 02).

Transcrição do debate online: "Conjuntura política: o que mudou?".
ISBN 978-65-86612-02-8.

1. COVID-19 - Pandemia - Brasil. 2. Brasil - conjuntura política, 2021-
I. Nozaki, William. II. Fornazieri, Aldo. III. Bacha, Hélio. IV. Nassif, Luís. V.
Serrano, Pedro. VI. Sociologia e Política - Escola de Humanidades. VII. Série.

CDD 23.: Índice sistemático:
COVID-19 - Pandemia - Brasil 616.241400981
Elaborada por Éderson Ferreira Crispim CRB-8/9724

Direitos reservados à
Editora Sociologia e Política
Rua General Jardim, 522 - Vila Buarque
01223-010 - São Paulo - SP - Brasil
Tel. Fax: 0 55 (11) 3123 7800

www.fespsp.org.br

CONSELHO SUPERIOR DA FESPSP

Ubiratan de Paula Santos
Presidente

Pedro Luiz Guerra
Vice-Presidente

Francisco Aparecido Cordão
Vice-Presidente

José Carlos Quintela de Carvalho
Vice-Presidente

Vicente Carlos Y Plá Trevas
Secretário

Aparecida Neri de Souza
Cláudio José de França e Silva
Amarilis Prado Sardemberg
José Castilho Marques Neto
Aluisio Almeida Schumacher
Juliana Scarcelli de Agostino

Diretoria Executiva

Angelo Del Vecchio
Diretor Geral

Romeu Nami Garibe
Vice-Diretor Geral

Elci Pimenta Freire
Diretor Tesoureiro

Lais Cristina da Costa Manso Nabuco de Araújo
Secretária Geral

Diretorias Adjuntas

Eduardo Santos
Diretor Acadêmico

Marco Piva
Diretor de Comunicação

Expediente editorial

Angelo Del Vecchio
Diretor-presidente

Jorge Nagle (in memoriam)
Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes (in memoriam)
Waltercio Zanventor
Comissão Editorial

Rodrigo Estramanho de Almeida
Coordenação Editorial

Rodrigo Carani
Texto e transcrição

Éderson Crispim
Secretaria editorial

Ulisses Romano | Cartola Conteúdo
Projeto gráfico e diagramação

Sociologia e Política – Escola de Humanidades é uma marca da
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)

Sumário

Introdução	5
Abertura	6
Nada mais político do que uma pandemia.....	7
Estratégias e lideranças	11
Estado de exceção	16
O papel dos meios de comunicação	20
Encerramento.....	26
Debates Contemporâneos	28
Sobre a Sociologia e Política – Escola de Humanidades	29

Introdução

Recordes frequentes em óbitos e novos casos de Covid-19; pessoas perdendo seus empregos, desvalorização do real e aumento da inflação; falta de coordenação e liderança nacional no enfrentamento do maior desafio que a humanidade enfrenta em muitos anos. O Brasil passa por crises simultâneas e transversais na saúde, na economia e na política.

A confiança nas instituições, já bastante abalada desde as manifestações de junho de 2013, foi sendo debilitada ano após ano resultando na eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e nos constantes questionamentos aos poderes Legislativo e Judiciário. A democracia é atacada cotidianamente e a militarização do governo é crescente. Recentemente, a conjuntura política do país ganhou uma nova dinâmica com a possibilidade, ainda incerta, do direito do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva se candidatar novamente à Presidência da República em 2022, enquanto que o agravamento da pandemia de Covid-19 acrescenta ainda mais incertezas e instabilidade.

Para analisar a atuação governamental e o cenário político, quando o país se tornou praticamente o epicentro do novo coronavírus, a Cátedra Celso Furtado da Sociologia e Política – Escola de Humanidades, com apoio do site GGN, realizou na sexta-feira, 19 de março, o debate “Conjuntura Política: o que mudou?”, com a presença de **Aldo Fornazieri** (cientista político), **Hélio Bacha** (médico infectologista), **Luís Nassif** (jornalista) e **Pedro Serrano** (jurista). A mediação ficou por conta do professor e coordenador da Cátedra, William Nozaki.

Este e-book conta com a transcrição do conteúdo desse debate, que também está disponível em nosso canal no Youtube¹. Trata-se do segundo volume de uma série de e-books resultados de eventos realizados pela instituição, denominados Debates Contemporâneos². Esperamos que as reflexões apresentadas possam contribuir para encontrarmos soluções concretas para os problemas que enfrentamos enquanto sociedade.

1 Conjuntura política: o que mudou? FESPSP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FrIB3r_myMo>. Acesso em: 20 mar 2021.

2 Para conhecer esse projeto e ter acesso a outros números da série, acesse <https://www.fespsp.org.br/debates-contemporaneos>.

Abertura

William Nozaki: Boa tarde a todos e todas que nos acompanham, vamos iniciar mais uma conversa da série Debates Contemporâneos, promovida pela Sociologia e Política - Escola de Humanidades e pela Cátedra Celso Furtado, que é o nosso espaço de reflexões sobre temas relacionados à conjuntura, ao Estado, ao desenvolvimento e às políticas públicas.

No nosso último encontro, nós tratamos dos impactos da pandemia no Brasil. Hoje nós vamos tratar da conjuntura política, que passou por uma série de mudanças e nos colocou em um período daqueles em que parece que a história se acelerou e as peças do jogo se misturaram. Então, uma série de eventos e acontecimentos se delinearão ao longo das últimas semanas e é sobre eles que a gente vai conversar.

Na área da saúde, nós tivemos os trágicos recordes no número de mortos e contaminados pela Covid-19, além dos problemas relacionados à intensificação da ocupação de leitos de UTI. Tudo isso marcado ainda pela troca do ministro da Saúde e por uma taxa muito baixa de vacinação do conjunto da população.

Como se não bastasse a crise sanitária, do ponto de vista econômico os resultados são também bastante problemáticos. O PIB de 2020 divulgado recentemente pelo IBGE fechou em baixa de 4,1%, o desemprego e a fome aumentam e, com a aprovação da PEC 186³, o governo sinaliza a aprovação de um auxílio emergencial bastante abaixo do necessário para o enfrentamento dessa situação.

Isso tudo veio marcado ainda por mudanças no âmbito jurídico. O STF revisou os processos contra o Lula; a (operação) Lava Jato vem sendo objeto de denúncia da maneira como sua atuação aconteceu em diversas esferas ao arripio da Lei, além de termos também um cenário marcado pelo uso indevido da Lei de Segurança Nacional, além das investigações contra os quatro filhos do presidente. E, na área e na política, o presidente Bolsonaro parece que se isola cada vez mais; (ele) veio perdendo sistematicamente ao longo dos últimos meses o apoio do *trumpismo*⁴, já havia perdido o apoio do *lavajatismo*⁵, tem tensionamentos com o STF, com o conjunto dos prefeitos e governadores – e esse conjunto de elementos então nos coloca diante de uma conjuntura bastante convulsiva.

Para tratar dela, a gente convidou hoje aqui o professor Hélio Bacha – que é médico infectologista, consultor da sociedade de infectologia, médico do hospital Albert Einstein; o Luís Nassif – jornalista econômico, pioneiro da mídia independente, o portal GGN, que aliás é um parceiro fundamental da Sociologia e Política e retransmite essa atividade junto conosco; temos ainda o professor Aldo Fornazieri – cientista político, arguto analista do cenário político brasileiro e professor da casa; e para fechar esse quadro de hoje a gente

3 PEC 186/2019. Senado Federal. Brasil. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139702>>. Acesso em: 20 mar 2021.

4 Referência ao movimento político liderado pelo ex-presidente dos Estados Unidos da América: Donald Trump.

5 Referência aos setores da sociedade brasileira que apoiam a Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

também conta com a presença do professor Pedro Serrano – jurista, professor da PUC-SP, uma referência incontornável nos debates sobre direito constitucional e sobre *lawfare*⁶ hoje. Então, com esse time, lançamos essa pergunta bastante direta, que dá origem ao nosso debate, que é: Conjuntura política, afinal o que mudou?

Como eu havia dito, esse debate se insere em uma série de discussões que a gente tem feito na Escola. Hoje, também estamos fazendo o lançamento do e-book que é um esforço de sistematização e síntese do nosso último debate⁷. A nossa perspectiva é também, a partir da transmissão das falas de hoje, fazer uma sistematização e uma publicação digital com esse (novo) tema. Eu convido todos a acessarem essa (primeira) publicação, que já está disponível no site da FESPSP⁸.

Bom, o nosso debate vai começar com uma primeira rodada com nossos 4 convidados, cada um falando em torno de 15 minutos na sua primeira exposição. Em diálogo aqui com os nossos participantes, quem está nos assistindo pela página da FESPSP no Youtube, no Facebook, pela página do CGN, podem enviar suas perguntas, depois eu vou fazer aqui, na medida do possível, uma sistematização e devolvo para os nossos debatedores. Sem mais delongas então, para a gente começar essa discussão, eu passo a palavra para o professor Hélio Bacha, muito obrigado professor pela presença, pela participação, fica à vontade, a palavra é sua.

Nada mais político do que uma pandemia

Hélio Bacha: É um prazer estar aqui com vocês, discutindo esse tema tão importante e interessante – e polêmico. Eu imagino que nós nem sempre fazemos a relevância de uma condição epidêmica. Epidemia e política são duas coisas que nasceram juntas. Por sinal, as grandes epidemias, ou as pandemias, modificaram a política mais do que as revoluções, mais do que as guerras. A estabilidade econômica e a estabilidade política nestes momentos de epidemia, de pandemia, sempre foram uma associação muito forte com a política.

Não é de se admirar portanto essa condição de hoje, de as pessoas estarem assombradas com o que há de politização. Nada mais político do que uma pandemia. A relação com política é necessária. Lidar com um evento deste vulgo, sem uma política de Estado, sem uma política sanitária, sem um país com projetos econômicos muito firmes, nós estaremos

6 Uso ou manipulação das leis como um instrumento de combate a um oponente desrespeitando os procedimentos legais e os direitos do indivíduo que se pretende eliminar. Fonte: Politize!. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/lawfare/>>. Acesso em: 20 mar 2021.

7 Situação da Pandemia no Brasil – como cessar a mortalidade pela Covid-19 e ativar a economia. FESPSP. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9M7kM71SNwA>>. Acesso em: 11 mar 2021.

8 Debates Contemporâneos. Sociologia e Política - Escola de Humanidades. Disponível em: <<https://www.fespssp.org.br/debates-contemporaneos>>. Acesso em: 20 mar 2021.

fadados a derrotas, a vivermos o caos, a nos transformarmos em um futuro onde o futuro da manhã é a noite. Porque essa condição é uma condição que deixa, relega, todos nós à uma situação de muita perplexidade. Portanto, não há forma de se lidar com uma pandemia, sem política.

A política sempre teve como arma principal, até esse século XX, um instrumento, principalmente quando as condições técnicas de se lidar com a pandemia eram muito sem recursos, nós tínhamos a grande arma: a mentira e a culpabilização do vizinho ou de quem estava longe. “Os espanhóis foram os culpados⁹. Essa doença é do demônio, é de Deus”. No mundo moderno nós tentamos trazer conhecimento médico, conhecimento sanitário, conhecimento de saúde pública, conhecimento da vida, em função de preservação e de combate à pandemia.

No Brasil moderno, inclusive, a nova saúde pública, o SUS, nasceu de uma condição epidêmica muito brasileira – limitada naquela época ao Brasil – que foi a doença da meningite meningocócica. Começou em São Paulo, em meados dos anos 1970 – 1973, 1974, foi até 1975 –, de forma silenciosa, entre as pessoas mais pobres do sul da cidade de São Paulo. E a política inicial foi de manter em segredo. Era proibido para a imprensa a notificação da condição epidêmica.

A condição tomou um vulto grande quando passou do limite das classes sociais populares. Começaram a morrer crianças e jovens de classe média, ficou impossível se esconder. Porque o poder político daquela época – popular – era pequeno; mas morrer gente quieta, sem informação, nas classes mais abastadas (não os preocupava). Isso criou um dilema político e ético que fez com que, mesmo naquela época, começasse a ideia de que teríamos que ter um sistema de informação em saúde, um programa de vacinação, uma estrutura de atenção médica, que desse conta dessas situações.

A secretaria de Saúde aqui em São Paulo e, no Brasil, o ministério da Saúde se capacitaram como uma forma de atualização das condições técnicas de saúde pública – foi um salto muito importante, especialmente para mim, que fui formado nesse momento. Eu me formei em Medicina em 1974, em plena condição epidêmica, e essa condição fez com que houvesse grandes avanços em termos de saúde pública em São Paulo e no Brasil.

Isso é o próprio reverso do que acontece na pandemia do Covid-19. Nós temos uma condição de enfrentamento da inteligência sanitária, da inteligência médica, da inteligência do saber, na inteligência ética, e nós começamos a acompanhar isso já no primeiro mês de vigência da epidemia na China. Nós soubemos na China e aprendemos muito com os italianos. A extensão, a gravidade da doença, veio quando nós conhecemos o problema através da Itália.

Inteiramente desarmados, não sabíamos que vírus era esse Sars-Cov-2. Nós tínhamos experiências com outras variantes, outras cepas virais de coronavírus, graves, que nós tínhamos tido no começo do ano 2000 e depois do Mers na Arábia Saudita, e eram doenças gravíssimas por sinal, com uma letalidade maior do que a da atual Covid, mas essa experiência não nos ajudou muito. A experiência mais próxima do nível pandêmico havia sido com doença respiratória, a da gripe de 2009, que teve uma extensão mas também não

⁹ O mundo passou por outra pandemia de 1918 a 1920, que ficou conhecida como “gripe espanhola”, apesar de, hoje, especialistas apontarem a possibilidade de que outros países tivessem casos antes da Espanha.

serviu como um bom modelo porque o comportamento era um comportamento sazonal – comportamento de doenças de inverno. A Covid-19 se apresentou de uma forma que os mais pessimistas não podiam contar, que é com essa experiência de ser uma infecção que se dá continuamente.

No começo, eu pessoalmente até imaginei que pudesse ter uma importância sazonal, porque a epidemia se iniciou na China no inverno. Na Itália, ela teve uma presença muito forte na Lombardia, no inverno do norte da Itália, onde o sul foi preservado. Eu imaginava que houvesse alguma possibilidade dessa preservação ter sido pela condição sazonal. Mas não foi. Isso foi graças a um bom bloqueio que foi efetuado rapidamente e isolando o norte do sul da Itália – e nós tivemos uma concentração dos casos fundamentalmente na Lombardia.

A extensão da doença sem freios, nós pudemos observar em dois países: no Brasil e nos Estados Unidos. Por uma política que eu (acredito ser porque) o governo atual é muito desprovido de bons técnicos, a qualificação técnica é desastrosa, nas suas várias especialidades, tanto na política, mesmo na econômica, mas especialmente na de saúde pública. O pouco que se tinha, que restava de política, foi desfeita logo no começo, no primeiro ministro que nós tivemos a tentativa de se ter alguma política sanitária de enfrentamento, (mas) foi destruída. Eu imaginava que pudesse ser apenas uma incapacidade, uma condição de termos essa má administração em função do desconhecimento técnico, mas isso para mim durou pouco tempo. Eu vi que, na verdade, havia uma política de Estado afirmativa, baseada em princípios, com uma tática, com uma estratégia e com uma perseverança. E qual é? É a do mal. É do comprometimento com a doença. Ou seja, uma política em que “tivéssemos o máximo de óbitos, no menor espaço de tempo, e que, desta forma, do ponto de vista econômico, isso se esvairia em três ou quatro meses, nós teríamos essa pandemia resolvida”.

Isso foi escrito, nós temos teóricos dessa teoria que já apareceram em março e abril (de 2020). Tem um deputado federal, que já deve ter esquecido o que aprendeu de epidemia, que anunciava que, pelos cálculos dele, no começo de abril a pandemia estava acabando no Brasil, teria cessado. Para essa política, quanto menos isolamento social, quanto mais termos casos, melhor é, porque nós vamos chegar a uma imunidade de rebanho, e que isso o vírus vai se atenuar, vai-se embora e acaba. Em cima disso, o conceito de vacina é um conceito que atrapalha, porque se eu protejo as pessoas, eu vou ter o prolongamento dessa pandemia. Essas pessoas, especialmente as pessoas mais frágeis que não são como as pessoas atléticas que resistem à doença, vão morrer. E se morrerem, o que se pode fazer? “Morreu, enterra”. Essa é a política explícita.

Particpei de uma reunião para se discutir vacina, no dia 28 de agosto (de 2020), no ministério (da Saúde), onde foram organizados grupos e se dividiu as tarefas. Eu achei até que pudesse estar enganado. Qual foi a minha surpresa que três dias depois mudou o secretário responsável pela secretaria desta atividade, e eu nunca mais soube de nenhuma reunião para se organizar a viabilização das vacinas.

Então isso foi uma política adrede, uma política com estratégia, com perspicácia, com esforço, que raramente eu vi determinação tamanha, numa política de Estado. Pena que seja para o mal. Pena que seja contra a população. Pena que seja pela doença. Esse esforço para chegarmos onde nós chegamos, é um esforço ativo, político. Isso não foi por incompetência. Isso foi por uma capacidade de permanecer e de resistir.

Vocês veem essa condição que estamos vivendo no estado de São Paulo, pelo país afora. Hoje nós temos quase a totalidade do país em colapso. Nós temos dificuldades nos hospitais privados e nos hospitais públicos. Há uma manifestação de Estado, de governo, com uma ação de se suspender uma das poucas armas que nós temos. Em um momento em que nós não dispomos de vacinas, o isolamento social é a única forma que nós temos de contermos a pandemia, na sua condição atual. Isso deve ser somado à vacinação.

A vacinação, por sinal, as pessoas às vezes se iludem com as coisas, não é? Eu vejo por exemplo (que) agora são as festas clandestinas. Os culpados são os jovens das festas clandestinas. Mas basta ver as conduções – o transporte público. As pessoas passam pelo transporte público em aglomeração permanente, obrigatória, na ida e na vinda do trabalho. É muito maior do que qualquer festinha clandestina.

Deve haver festinha clandestina? Não. Mas as pessoas que estão lá para ir ao trabalho, abraçadas umas às outras, com máscara ou sem máscara, sem distanciamento não há máscara que dependa de nada, elas vão deixar de fazer uma “aglomeraçãozinha” para se divertir? A sinalização oficial é a de que nós podemos ficar em aglomeração para trabalhar e para se divertir não? É claro que não pode haver festa clandestina, mas também não pode haver ônibus com aglomeração oficial.

Então, o que nós temos? Uma política de Estado, em termos nacionais, ativamente à favor da doença. E uma política – que eu vejo aqui onde eu moro – estadual e municipal, de uma incapacidade e com medo de enfrentamento, onde se está sempre atrasado. Fazer um isolamento das onze da noite às cinco da manhã, como nós ficamos há algumas semanas, esperando chegar na incapacidade, na falência, no colapso geral de leitos de medicina intensiva, de falta de leitos hospitalares, na forma com que nós chegamos em São Paulo, que é o exemplo da nossa capacidade maior de atenção hospitalar, é de uma irresponsabilidade sem tamanho.

Isso tem se anunciado já há três meses, desde dezembro (de 2020) que qualquer clínico sabe que há uma disparidade entre o que se vê no hospital e o que se vê nas ruas. Essa condição é uma condição de desfaçatez. E até a situação de “ah, se o bar funciona, o restaurante pode funcionar, se o restaurante pode funcionar, as escolas podem funcionar, ah o vírus não chega na escola”. Como não chega na escola, se para chegar na escola precisa passar nessas condições de aglomeração forçada? Nós tivemos o pior dos desgovernos desses últimos quinze meses, quando nós tivemos um anúncio, onde nós poderíamos ter o privilégio de estarmos no oposto de onde começou “se a terra for redonda”¹⁰, no antípodas de onde começou a epidemia, e nós perdemos um tempo grande nesse início e continuamos exercendo uma política ativa pró-pandemia.

Vacinação é fundamental. Isolamento social é caro, é necessário ter uma estrutura e uma política econômica que sustente esse isolamento – e é temporário. A experiência da Itália é que nós temos sucesso com bloqueio sim, mas nós precisamos de imunidade, precisamos chegar em uma imunidade de rebanho suficientemente grande para que nós tenhamos segurança de voltarmos a uma atividade minimamente segura, econômica e social.

¹⁰ Teorias conspiratórias ganharam espaço na internet, entre elas as teorias sobre a o planeta terra não ser redondo, apesar de todas as evidências científicas. Esse tipo de questionamento é primitivo aos questionamentos sobre a ciência tão evidentes nos que não acreditam na existência, ou ao menos nos perigos, da Covid-19.

No mínimo, hoje, no Brasil, deveríamos estar vacinando 1 milhão de pessoas por dia. E aproveito para dizer: a melhor proteção para pessoas da terceira idade, para pessoas de risco, é a vacinação do conjunto da população. (Se) vacinarmos apenas determinadas faixas etárias, a proteção é insignificante. Talvez fosse mais importante nós vacinarmos o conjunto da população do que os próprios idosos, que tem uma resposta imune precária. Então nós estamos num dilema, esse dilema é que nós estamos lidando com monstruosidades na modernidade que eu nunca imaginei que fosse ter que conviver. Obrigado.

William Nozaki: Professor Bacha, muito obrigado pela sua provocação, que faz a observação de que o compromisso com a doença e com a morte não é só incompetência de gestão do governo federal, mas é um projeto político. Isso me faz lembrar que esse foi exatamente o tema do nosso último debate. E estamos, como eu disse, hoje fazendo o lançamento do e-book daquela nossa última discussão sobre a situação da pandemia no Brasil, então mais uma vez eu convido todos aí a baixarem a publicação, o acesso é livre, no site da Sociologia e Política – Escola de Humanidades.

Para continuar esse debate e os desdobramentos políticos que ele tem, eu convido o nosso professor da casa, Aldo Fornazieri, a fazer uso também da palavra, por cerca de quinze minutos. Obrigado Aldo, pela participação, pela presença, fique à vontade a palavra está contigo.

Estratégias e lideranças

Aldo Fornazieri: Obrigado William, boa tarde a todas e todos, meus colegas de bancada, nossos diretores, e também obrigado a todos que estão acompanhando. Bom, eu entendo que nos últimos dias, nas duas últimas semanas particularmente, a conjuntura mudou alguma coisa, mas não mudou significativamente. Quer dizer, o que ela mudou? Mudou na anulação, até surpreendente, dos processos sobre o Lula, pelo Facchin, que estavam alocados em Curitiba. Zerando o jogo. E também, em parte, pelo começo do julgamento da suspeição do Moro, que eu acho que tem um impacto bastante significativo na opinião pública.

Em que medida que a conjuntura mudou um pouco? Porque, a partir desses dois eventos, Lula readquiriu a condição de disputar as eleições de 2022, e a entrevista, que ele deu, estabeleceu um contraste muito grande, muito profundo, que é o Bolsonaro. Evidentemente, quer dizer que a opinião pública também foi atraída para o discurso. Setores da grande mídia, como a própria Globo, deram uma grande cobertura ao evento, e isso se generalizou na opinião pública.

Agora, vejam o seguinte, quer dizer, eu entendo que no fundamental nós não temos governo, mal temos oposição. Acho que nesse sentido a conjuntura continua igual. O governo não tem nenhum êxito a não ser a política da morte, como bem ressaltou o Bacha. Quer dizer, uma orientação explícita para a morte, quer dizer, “os mais fracos fiquem para trás, morram”. Não tem importância para o país na visão deste governo, que é um governo, sem dúvida, genocida.

Eu acho que, em parte, a oposição vem falhando desde o início do governo Bolsonaro – quando ela insistiu na tese do golpe, ela semeou em parte o medo. Acho que essa efetividade da possibilidade de um golpe, nunca se colocou. Porque, para dar um golpe, precisa que tenha uma parte significativa da sociedade mobilizada em favor do golpe, e tenham setores empresariais à favor do golpe, e que tenha uma pré-disposição das Forças Armadas à favor do golpe. Essas condições não estavam dadas. Então, quem proclamava o golpe eram os *bolsonaristas*¹¹, que não são muito bem organizados e também não são um grupo muito numeroso. Quer dizer, a ação do ministro Alexandre de Moraes em parte dimensionou o tamanho dos *bolsonaristas*, não é?

Nos últimos dias, eles retomaram algumas ações, mas eu entendo que as condições para um golpe não existem no Brasil. Com a derrota do Trump¹², acho que existem menos ainda. Foram anuladas, praticamente zeradas. No entanto, quem assistiu a *live* do Bolsonaro há 15 dias, percebeu que ele fez de novo arroubos golpistas. Como deve ser lido isso? Isso deve ser lido como um sinal de extrema fraqueza do Bolsonaro e do isolamento político dele. Inclusive, isolamento junto a parte da nova base de apoio que ele constituiu, que é o Centrão¹³. Acho que o episódio da substituição do ministro da Saúde deixou arestas do centrão com o Bolsonaro e, no entanto, ele ameaça com estado de sítio, com ditadura – falou que é muito fácil dar um golpe no Brasil, implantar uma ditadura. Quando um presidente começa com esse tipo de ameaça, qualquer líder, começa com ameaças, é um sinal de fraqueza, do meu ponto de vista, e não um sinal de força. Um presidente forte faz, não ameaça, se é necessário fazer.

Eu vejo o Bolsonaro isolado politicamente. Claro que ele tem ainda um apoio significativo na opinião pública, mas um apoio que vem caindo. Vocês viram a pesquisa do Datafolha¹⁴, com 56% dizendo que ele não tem condições de conduzir o país. A própria avaliação positiva dele, tanto na condução da pandemia, quanto na condução do governo, caiu, e cresceu a avaliação negativa. Então, eu vejo ele bastante isolado politicamente e nesse sentido ele vai insistir com essa política facciosa, de facção, e não a política de um presidente da República. Um presidente da República sempre deve operar pela unidade de um país. A unidade do povo é a unidade da nação. E ele opera para divisão, porque nessa divisão que ele consegue se manter.

Com a entrada do Lula no jogo político de forma mais livre, digamos assim, e na possibilidade dele entrar de forma mais intensa, o Bolsonaro também adquiriu adversário eleitoral, mas inimigo político de peso. Toda a estratégia dele consistia em buscar uma polarização com o PT para 2022, mas sendo um candidato que não fosse o Lula. Com o Lula muda a perspectiva do Bolsonaro e o fantasma da derrota está colocado. E, por outro lado, pelo lado do Lula, eu entendo que a candidatura dele se põe de forma inexorável.

11 Nome dado para as pessoas que seguem o presidente Jair Bolsonaro e acredita que ele representa um movimento político. Bolsonarismo.

12 O ex-presidente norte-americano Donald Trump tentou a reeleição em 2020, mas perdeu para o atual presidente dos Estados Unidos da América, Joe Biden.

13 Nome que denomina na política brasileira o bloco de partidos políticos que não possui ligação com ideologias de esquerda ou direita, e historicamente se alinham ao governo federal, independente do partido, em troca de espaço na máquina pública e facilitação de emendas parlamentares. Em troca, o governo consegue maioria no Congresso Nacional e, teoricamente, maior facilidade para aprovar suas propostas.

14 Avaliação do presidente Jair Bolsonaro - 15 e 16/03/2021. Datafolha. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2021/03/17/6879812ac6be2a83138f6379ef5711cdabsnr.pdf>>. Acesso em: 20 mar 2021.

Eu converso muito com as pessoas. Você vê um movimento, uma adesão a uma eventual candidatura dele, que é um negócio impressionante. De gente que votou no Bolsonaro inclusive. Então, eu acho que a pressão sobre o Lula, para ele ser candidato, é inexorável e incontível nesse sentido.

Agora, vejam o seguinte: mesmo assim, o cenário de 2022 está em aberto, porque não está dado como vai se configurar esse cenário. Eu penso que a centro-direita tende a sair com um candidato único para não ficar fora da possibilidade de ir para o segundo turno, nesse sentido eu não descartaria a possibilidade de um segundo turno entre o Lula e um candidato de centro-direita.

Eu acho que o Bolsonaro abriu muito a guarda, tem muitas vulnerabilidades, e ele vai ser massacrado em 2022 durante a campanha política. Daqui para lá, ele não tem tempo hábil. A política econômica está muito fragilizada – com o desemprego, a fome, a inflação alta e a elevação dos juros. Além disso, eu penso que a condução da política econômica pelo Cuedes é um retumbante fracasso, não é uma política econômica para o país. Nesse sentido, não há tempo hábil para o Bolsonaro se recuperar. Dadas todas essas vulnerabilidades à hecatombe trágica que significa a condução da pandemia, eu vejo como factível a possibilidade dele não ir para o segundo turno. Então, nesse sentido, eu diria que o cenário ainda está em aberto.

Evidentemente que há de se esperar para ver como se configura a centro-direita, se vai sair com um candidato unificado; se a candidatura de Ciro vai sair ou não; e eu penso que ter o Lula... Deveriam lutar para trazê-lo, dialogar com ele. E, também, como vai se comportar o PSOL? Eu acho que o PSOL ficou em uma situação muito difícil. Porque antes da anulação do processo do Lula, o Lula tinha sinalizado que o PT sairia até mesmo sozinho no primeiro turno e que estava disposto a compor uma frente no segundo turno. Mas, com a candidatura do Lula, muda tudo.

Nesse sentido, dada a situação política do país, a tragédia da pandemia e o que significa ter um governo de extrema-direita, talvez o PSOL adote uma postura pragmática. Mesmo caso Lula faça um movimento ao centro, o PSOL poderá compor uma frente com o Lula – porque o Lula necessariamente vai fazer um movimento rumo ao centro, com uma aliança com os setores democráticos de centro e assim por diante. A situação do país requer isso. Para ter uma sustentabilidade firme de candidatura, para efetivamente vencer a eleição, é necessário que ele faça esse movimento independentemente da minha vontade, das minhas simpatias ou não.

Bom, eu vejo também a conjuntura marcada por uma desarticulação. Na preliminar¹⁵, o Nassif estava falando da articulação dos governadores do nordeste. Mas mesmo com essa articulação e com a articulação dos governadores no plano nacional, que é comandada pelo governador Wellington¹⁶, eu vejo a fragilidade desse arranjo, porque existe um vácuo enorme de poder. Esse vácuo está configurado na incapacidade de alguém dar rumo ao enfrentamento da pandemia. Eu penso, então, que esses governadores não conseguiram se articular como um bloco, um arranjo, que significa a estruturação de um poder alternativo ao poder do Bolsonaro.

15 Conversa de bastidores antes da live começar oficialmente.

16 Wellington Dias, governador do estado do Piauí, reeleito em 2018 para mandato até 2022.

Esse espaço existe. Dada a situação trágica da pandemia, eu fico me perguntando: por que que não se constitui algo parecido com um Comitê de Salvação Nacional, composto por um comitê de governadores, por um comitê de prefeitos de capitais, mas evidentemente organizando uma estrutura de articulação nacional? Organizando os governadores em cada região do país, organizando os prefeitos em cada sub-região dos estados. Organizando os partidos de oposição, articulando com o Congresso Nacional e assim por diante, quer dizer, se não surgir esse poder político nacional em oposição e como alternativa ao vácuo deixado pelo Bolsonaro, eu penso que a hecatombe trágica, na qual o país está mergulhado, pode se aprofundar muito mais, principalmente nas próximas semanas e nos próximo mês e assim por diante.

Então, eu penso que nós não temos lideranças no país. Há uma crise evidente de lideranças. O próprio pronunciamento do Lula, o posicionamento do Lula e a repercussão que esse pronunciamento teve, mostra a fragilidade e quase o colapso de lideranças que nós temos na direita e na esquerda, porque nesse tempo todo não emergiu uma liderança significativa no próprio grupo da esquerda, que pudesse imprimir um rumo, assim por diante, nos partidos.

Entendo que não estão entregando aquilo que eles deveriam entregar. Eu tenho dito nos meus artigos que nós vivemos uma excepcionalidade marcada por dois grandes eventos: um governo de extrema-direita – uma excepcionalidade em nosso país nesse momento – e a hecatombe trágica da pandemia. Você não responde eventos excepcionais com uma política normal. O que nós vemos no Congresso Nacional são partidos de esquerda respondendo a eventos excepcionais com uma política normal, eu acho que isso não vai conduzir a lugar nenhum.

Por exemplo, eu cito alguns casos. Veja o caso da Bia Kicis¹⁷. Houve um protesto da oposição, houve uma tentativa de contraposição do PSOL com uma candidatura, mas nada foi além disso. Como é que a oposição aceita, como presidente da (Comissão de) Constituição e Justiça, uma senhora que afrontou a Constituição, afrontou o Estado de Direito e afrontou a democracia? Isso é inaceitável. Então, eu penso que a oposição no mínimo deveria ter se declarado “em obstrução permanente” na Câmara dos Deputados, criando um impasse, até que esse problema fosse resolvido. Na medida em que a oposição se comporta pela normalidade, eu entendo que ela termina naturalizando políticas do Bolsonaro.

Cito um outro episódio, recorrentemente os *bolsonaristas* têm ameaçado políticos e personalidades de morte. (Um) empresário ameaçou o Lula de morte. Ameaçaram a médica Ludhmila¹⁸ de morte. Ameaçaram o Doria¹⁹ de morte. Ameaçaram o Felipe Neto²⁰ e tantos outros de morte, e assim por diante. Entendo que isso tem de ser classificado como terrorismo, não tem outra palavra, e eu não vejo a oposição tendo a conduta contundente em cima dessas ações. Porque isso é guerra política. Nós não podemos naturalizar na política brasileira, que ela seja feita recorrentemente com ameaças de morte. Isso é terrorismo e tem que ser classificado como terrorismo. Então, daria para levantar aqui dezenas de

17 Deputada federal do PSL, eleita em 2018, com mandato até 2022, pelo Distrito Federal.

18 Ludhmila Hajjar, médica cardiologista e anesthesiologista, foi cotada para substituir o general Eduardo Pazuello no comando do ministério da Saúde, em março de 2020.

19 João Doria, governador do estado de São Paulo, eleito em 2018, com mandato até 2022

20 Dono do maior canal do Youtube no Brasil, Felipe Neto ganhou notoriedade no debate político também por suas críticas ao governo e ao presidente Bolsonaro, sobretudo no que diz respeito à pandemia.

exemplos de como a oposição não está tendo uma política adequada no enfrentamento do bolsonarismo, do governo, e assim por diante. Me chama muita atenção essa desarticulação, essa falta de iniciativa mais contundente da oposição, e isso tem que ser cobrado.

A outra coisa, por exemplo, é a CPI da Saúde – que eu entendo que também era um motivo para criar um impasse no Congresso. Inadmissível que tenha se cometido tantos crimes contra a população brasileira, que o povo brasileiro seja imolado no corredor da morte por um governo genocida, e não se investigue isso. Inadmissível, gente. Essa oposição, ela tem que sair da toca. Como disse o próprio Lula em recente entrevista: não dá para ficar entocado em casa. Quem está entocado em casa, que, no mínimo, faça exercício físico para ver se desperta um pouco e faz uma oposição mais contundente.

O governo tenta se movimentar para sair das cordas agora, nomeando um novo ministro da Saúde, acho que é uma patifaria isso porque não vai mudar nada. Vejam, esse ministro da Saúde não é um novo ministro da Saúde, é um fiscal da morte. Por que? Porque hoje²¹ ele anunciou que vai ir aos hospitais para ver se de fato as pessoas estão morrendo. Como é que pode um negócio desses, diante de uma tragédia de tamanha dimensão? Um sem vergonha, uma pessoa que não tem senso de realidade, assumir o ministério da Saúde e anunciar uma frase dessas? Quer dizer, é um fiscal do número de mortes, e não um ministro da Saúde.

Acho também que o problema da pandemia, que o Bacha muito bem colocou, careceu no plano internacional – e nesse sentido acho que o Lula está fazendo um movimento certo, em cobrar do Biden²², do Macron²³, da Angela Merkel²⁴, e não sei mais de quem, a convocação de uma reunião do G20. Eu tenho dito e até a gente divulga o curso de Globalização, Poder e Sociedade²⁵, ali da FESPSP, a gente tem falado que tem um conceito que se chama “governabilidade mundial”, que, a partir da ascensão do Trump, deixou de existir.

Eu comparo com a crise de 2008, quando, por muita pressão do próprio Lula, que era presidente da República, em parceria com o Sarcozi, que era presidente da França – que era de direita – o G20 se reuniu muitas vezes. Os presidentes dos bancos centrais do G20 se reuniram, os ministros da Fazenda também se reuniram, e houve uma articulação para enfrentar a crise. Nessa crise aqui não houve nenhuma articulação internacional, nenhuma iniciativa multilateral para enfrentar a crise. Nesse sentido, entendo que a crise está sendo muito mal enfrentada no plano internacional. Meu tempo acabou. Eu agradeço, tinha mais que falar, mas fica para o debate.

William Nozaki: Muito obrigado, Aldo, como sempre, pela sua análise contundente das peças se movimentando no tabuleiro político, nos vácuos deixados pelo governo Bolsonaro, nos déficits da oposição e aproveito também para agradecer mais uma vez a todos e todas que estão nos acompanhando pelas redes da FESPSP, e aqui com nossa retransmissão com nosso parceiro, o portal GGN, e o site da Fórum, que também nos retransmite.

21 Debate realizado no final da tarde do dia 19 de março de 2021.

22 Joe Biden, atual presidente dos Estados Unidos da América.

23 Emmanuel Macron, atual presidente da França.

24 Atual chanceler da Alemanha.

25 Mais informações em: <<https://www.fespsp.org.br/pos-graduacao/cursos/globalizacao-e-cultura>>. Acesso em: 20 mar 2021.

Essa análise, feita pelo professor Aldo Fornazieri, evidencia como nossa conjuntura política tem uma série de elementos jurídicos, e uma série de processos de judicialização que também precisam ser desvendados, para que esse cenário possa se tornar um pouco mais inteligível. Exatamente para dar conta dessa dimensão da nossa conjuntura que a gente convidou o professor Pedro Serrano, a quem eu agradeço mais uma vez o aceite para estar aqui com a gente. O professor Pedro Serrano, como eu já disse, é uma referência fundamental no debate sobre o direito constitucional, o direito administrativo e essa nova dinâmica política do *lawfare*, que o Brasil enfrenta hoje. Então, professor, muito obrigado e a palavra está contigo.

Estado de exceção

Pedro Serrano: Eu agradeço muito o convite, é uma honra para mim estar com o Nassif aqui, um amigo meu, mas sempre foi uma referência de jornalista para mim – um dos maiores jornalistas do país, certamente; o professor Aldo, que também sempre foi uma referência para mim, e a reflexão crítica em torno do país; e o professor Bacha que, além de ser um dos mais qualificados médicos do país, eu acho que é uma referência para nós – aqui entre nós, é o sujeito que se a gente tiver Covid, a gente vai atrás. Quer dizer, uma imensa referência do que significa essa pandemia em termos concretos.

Eu vou tentar dar meu ponto de vista a respeito do que está acontecendo, para mim, o que nós temos é uma tempestade perfeita. Eu tinha, há anos, tentado desenvolver uma teoria crítica do direito constitucional, que atinge a teoria do Estado – é evidente –, em que eu tento postular que nós mudamos as formas autoritárias do século XX para cá.

O estado de exceção, que é o grande modelo que a burguesia criou como referência de Estado alternativo ao Estado Democrático de Direito. Não existe só um modelo de Estado burguês – é só porque tem que ter um pressuposto. Mas que é um modelo de gestão das questões públicas que a burguesia criou, ele se apresenta, sempre se apresentou, como uma forma de solução nas situações de emergência: seja o ataque de inimigos, seja uma situação natural. Mas o estado de exceção se refere a essa situação de emergência usada como motivo para suspender os direitos e suspender a Constituição – e aí significaria um modelo em que a opinião política está acima dos direitos. Um modelo político em que não haveria controle. Em que a vontade da maioria se estabelece como uma ditadura da maioria, ou a vontade de minoria como uma ditadura da minoria. Mas sempre sem algum controle civilizacional. Sem algum controle de direito e de, vamos dizer, valores limitadores do poder de Estado, do poder de um homem sobre o todo. E sempre se manifestou pela figura do inimigo e a do soberano. A do soberano que tem o condão, a capacidade, o poder de suspender direitos e Constituição, e limites ao poder, face a presença do inimigo.

No século XX, esse mecanismo se apresentou como governos de exceção, em termo instrumental, Poulantzas²⁶ falava em três categorias, ele fala de uma grande categoria de estado de exceção e três tipos: o nazifacismo, as ditaduras e o bonapartismo; como mecanismos, como espécies do estado de exceção em sua modalidade de governo de exceção.

No mundo contemporâneo, isso mudou. Nós temos um mecanismo líquido de autoritarismo. Líquido obviamente eu me refiro à Bauman²⁷, mas pode se utilizar outros tipos de exceção, mas a ideia é que você tem um mecanismo de autoritarismo fragmentado na sociedade. Ou seja, por “medidas de exceção” e não por governos de exceção – onde a figura do soberano e a figura do inimigo mudam de lugar e de locus.

Isso começa, vamos dizer, como prática no primeiro mundo, tendo como agente fundamental, das medidas de exceção, como soberano, o Poder Executivo. Tendo como inimigo o estrangeiro, que é alcunhado de terrorista. E quem escolhe o inimigo nomeia e, ao nomear, o mecanismo de nomeação é o da sua desumanização. Pelo fato de categorizá-lo, ele é tratado como categoria e não mais como indivíduo, ser, singularidade.

E lá, como é o estrangeiro o terrorista, o inimigo, cria-se uma situação esquizóide em que se tem os direitos humanos, as constituições do pós-guerra na Europa e as decisões da Suprema Corte funcionando como critério superior ao poder político no direito penal comum, mas um regime jurídico especial vigente nas questões de segurança nacional, onde nesse ambiente do direito da segurança nacional é que acontece as medidas de exceção.

Aqui no Brasil e na América Latina, nós temos diferente, muito diferente, é o sistema de justiça que é o soberano que impõe as exceções – marcadamente a partir das guerras às drogas na década de 90, onde o direito penal comum é usado como veículo para poder tratar o inimigo. O inimigo primeiro é nomeado como traficante, depois como bandido, ele migra para a política e é nomeado como corrupto, mas sempre nessa lógica do uso do direito penal comum como forma de veiculação da inimizade. E isso se dá por processos penais de exceção. Eu prefiro, quando trato no ambiente acadêmico, eu prefiro esse nome a *lawfare*, que é um nome mais para o ambiente estratégico. Dá para entender e tem um sentido, mas ele é um pouco vago para tratar nesse ambiente que eu estou tratando aqui agora. Obviamente falo de objeto de trato acadêmico.

Então, são inquéritos e processos penais de exceção a primeira modalidade de medidas de exceção, de manifestação desse autoritarismo líquido, que a gente pode dizer como grande categoria que surge na América Latina. Evidente que esse autoritarismo líquido começa de uma forma mais concentrada e com o tempo ele vai se liquefazendo cada vez mais e, quanto mais liquefeito, mais autoritário. Portanto, isso se observa na jurisprudência. Eu não tenho tempo aqui, infelizmente, para determinar quais são as características desse processo penal de exceção. Mas isso já está descrito – inclusive um orientando meu que escreveu uma excelente tese de doutorado, processo penal de exceção, mais de 400 páginas detalhando isso.

26 Nicos Poulantzas foi um filósofo e sociólogo grego, nasceu em 1936 e faleceu em 1979.

27 Zygmunt Bauman foi um filósofo e sociólogo polonês, nasceu em 1925 e faleceu em 2017.

Mas isso migra para a política no caso do mensalão²⁸. A figura do corrupto. Em que há uma primeira experiência. Os governos do PT, ao invés de se contraporem a isso, eu vou dizer, pelo menos o meu primeiro artigo é de 2007, mas a gente levou essa preocupação ao governo do PT, mas há uma reação negativa desses governos, e eles acabam fortalecendo esse processo e produzindo uma legislação que serve como aparato bélico de exceção.

Eu vou aqui elencar, mas assim, lei que aumentou as penas de corrupção, acabou com a prescrição em concreto, lei de delação criminosa, lei de organização criminosa, lei de delação. Ou seja, é um conjunto normativo. Não que esse conjunto tenha sido a razão de surgir os processos penais de exceção, eles já existiam como forma de controle social na juventude em geral – pobre e negra, nas periferias – e já tinha transitado para a política no caso do mensalão. Mas forneceu um aparato bélico em que pôde radicalizar essa força, sem perder a coerência de linguagem legitimadora.

Com isso, nós tivemos a Lava Jato, que teve um papel fundamental, que foi algumas tarefas políticas essenciais que ela teve. Tem que ser muito sintético aqui: ela teve a tarefa de criar um ambiente socioafetivo para poder possibilitar o *impeachment* de Dilma – um *impeachment* inconstitucional, e a segunda grande modalidade de medidas de exceção que nós temos na América Latina, repetidos *impeachments* inconstitucionais ou tentativas de... – e teve a função absolutamente fundamental de excluir Lula da eleição de 2018.

Não foi uma eleição livre, porque excluiu um dos seus principais candidatos por um processo penal de exceção que tem aparência de cumprimento da ordem jurídica. Aparência de cumprimento dos princípios democráticos e civilizados, mas no seu conteúdo é uma ação política – e não jurídica –, tirânica, de persecução ao inimigo, e não de acusação de um réu, que é um cidadão que eventualmente errou. Mas uma persecução a um inimigo de Estado. Foi isso que nós vimos em relação ao Lula, e, com isso, ele foi afastado ilegalmente da eleição de 2018.

Uma terceira tarefa importante foi a criação do *bolsonarismo*. Já vinha desde a década de 1990 a criação de um ambiente social, por conta da guerra às drogas, favorável a um Estado securitário, ou seja, um Estado não de direito – é um estado de exceção. Um Estado que cada vez mais reduzisse a abrangência real dos direitos – se instalam essas medidas de exceção.

Vão instalar no país um processo desconstituente, que vai esvaziando em um sentido a Constituição, sem retirá-la do lugar. Em suma, isso, a Lava Jato, é o grande momento, o ápice desse processo político ao meu ver. Desse autoritarismo líquido aqui no Brasil. Mas ele vai se liquefazendo, o que significa dizer, cada vez mais, em que a figura de soberania e a figura do inimigo se tornam indistintas no panorama social. Pode ser qualquer um, a qualquer tempo. Na estrutura de Estado, qualquer um pode ser soberano. Na estrutura da persecução, qualquer cidadão ou corpo de ideias pode ser inimigo. Então, nós cada vez vamos avançando nisso, surge a pandemia e aí a tempestade perfeita.

Uma pandemia não é ambiente propício, em uma democracia constitucional, à justificação do estado de exceção. Ou seja, ações do poder político anômicas, sem nenhum controle de normatividade superior.

28 Escândalo de compra de votos de parlamentares no Congresso, surgiu em 2005.

Uma pandemia, no Estado Democrático de Direito, é um ambiente para que haja ações reguladas por princípios e normas em que se sobrevalorizam alguns direitos e valores, face a outros, em razão da pandemia. Então, para poder fazer valer o direito à vida e à saúde, se suspende parcialmente o direito à liberdade – mas para poder fazer o valor à vida e à saúde. Ou seja, não há uma relação anômica. E, mais do que isso, existem regras, normas, que o poder que gerencia uma situação extraordinária deve cumprir, por isso que nós falamos que não há estado de exceção, há legalidade extraordinária.

O Estado de Direito, democrático, tem respostas a situações extraordinárias. Ele vai estabelecer normas e princípios específicos para poder gerir situações extraordinárias. Então, por exemplo, é muito antigo no direito, a ideia de que, em um momento de pandemia, quem deve governar é a ciência – isso está em Themístocles Cavalcanti, que foi um ministro nomeado pelo Costa e Silva²⁹, vejam, e que escreveu na década de 1930 um texto sobre isso, colocando claramente: o governante não tem saída, em um momento de pandemia, ele é obrigado a seguir às determinações da ciência e, se for necessário, para garantir o direito à vida e à saúde, inclusive em detrimento de opções econômicas e comerciais – ele usa a expressão “comerciais” naquela época. Ou seja, não há muita dúvida de como o Estado Democrático de Direito responde a uma pandemia. Determina o governante, que é dever dele – não, escolha – seguir as opções da ciência.

O que nós temos no Brasil, eu não preciso nem dizer, não vou me alongar – se alguém fez a opção de ver esse vídeo (ou ler este e-book) é porque já é alguém extremamente informado. Vamos dizer, com uma certa capacidade de erudição. A gente sabe o que está rolando no país. Aí eu termino com as minhas questões. Vai ficar por isso mesmo? O plano do direito? Isso não é um genocídio no plano jurídico internacional? A ideia de genocídio foi gerada no plano político internacional como uma forma de fazer valer os direitos humanos na sua lógica. Os direitos humanos significam limitações à soberania dos Estados. Os Estados podem e devem tratar e legislar como querem em relação a sua população, desde que não façam fora de certos parâmetros civilizados. Isso é o que significam essencialmente os direitos humanos.

E nós devemos aceitar que, em uma época de pandemia, um governo tenha essa conduta, vamos dizer, estimuladora da pandemia? E não combatente dela? Eu creio que não. Eu creio que se é para o direito considerar que isso não é um genocídio, ele deve considerar (parâmetros sobre o que é) um genocídio. Se faltam normas, devemos criar normas. É uma experiência da humanidade que nós estamos passando aqui e não uma mera experiência do Brasil.

O que Auschwitz significa para o poder político e o estado de guerra, Manaus tem que significar para o poder político em estado de emergência sanitária. Algo inaceitável e algo criminoso. Nós precisamos pensar em uma justiça de transição – no final desse assunto – nós precisamos pensar em um regramento que sancione doravante chefes de Estado que numa pandemia atuem dessa forma. Nós não podemos ficar quietos. A história mostra que toda vez que nós deixamos passar isso silentes, a história depois nos cobra um preço por esse silêncio. Nós não podemos ficar silentes.

Está aí a importância que eu queria dizer de uma CPI da Saúde, da Pandemia. A maior importância dela não é punir alguém agora, é documentar. Nós precisamos documentar o que houve e o que está havendo, em termos de comportamento do governo face a essa

29 Foi presidente do Brasil durante a Ditadura Militar, seu mandato durou de 1967 a 1969.

pandemia. Não haveria Nuremberg, sem as fotos dos campos de concentração. Nós precisamos documentar no plano oficial. É essencial, para a democracia constitucional e para a civilidade na sociedade brasileira, nós documentarmos o que está havendo. Uma CPI é absolutamente fundamental. Ela não precisa levar ao *impeachment*. Ela não precisa ter resultado concreto. Ela precisa documentar o que está havendo, antes de tudo. Se puder levar a um resultado concreto, é óbvio que é melhor para todos nós, vamos salvar vidas. Mas pelo menos documentar, nós precisamos ter um instrumento para isso. A CPI é esse instrumento.

Acho que não há proposta mais relevante hoje para o que o país passa, além das propostas sanitárias que o professor Bacha certamente sabe elencar e elencou, eu diria que não há nada no plano político mais relevante do que uma CPI que documente esse crime lesa a humanidade, que está havendo no país e que nós estamos deixando passar com alguma indiferença, porque talvez não haja modo de sobreviver ao que está acontecendo com nossos semelhantes se não com uma certa indiferença. Eu não quero culpar nenhum ser humano aqui, mas eu quero dizer que esse governo precisa ser responsabilizado pelo que fez, e nós precisamos documentar o que está havendo.

William Nozaki: Muito obrigado professor Pedro Serrano, pela sua aula aqui sobre a teoria do Estado, como Estado de Exceção, e a forma brasileira, promovida pelo sistema de justiça, que nos colocou diante de uma situação ainda mais delicada neste momento de emergência sanitária. Eu quero aproveitar para dizer mais uma vez que esse debate vai ser transformado em um número 2 do nosso e-book da série Debates Contemporâneos, e que também vai ficar disponível no site da Sociologia e Política – Escola de Humanidades.

Agora eu convido nosso colega, parceiro, inclusive na nossa transmissão que está acontecendo pela GGN, Luís Nassif, que depois de todas essas observações sobre nossa dimensão sanitária, política, jurídica, além de tratar desses temas, também vai trazer o seu arcabouço de análise econômica, que também tempera esse cenário. Obrigado mais uma vez Nassif, a palavra está contigo, fique à vontade.

O papel dos meios de comunicação

Luís Nassif: Obrigado William e parabéns pela formação da bancada, com essa visão multisetorial com três craques aí, é essencial para compor um cenário. O que eu vou fazer aqui é, de um lado, esfoliar um pouco o que ocorreu nesses anos que acabaram levando à Bolsonaro e tudo mais.

Você tem (como) ponto base lá o PT, que vem para centro-esquerda, desaloja o PSDB. Daí você tem, dentro do PSDB, a ascensão intelectual de Fernando Henrique³⁰, Serra³¹ e Aécio³², abrindo mão de todas as bandeiras. E a mídia assumindo o discurso de ódio, e por questão

30 Fernando Henrique Cardoso foi presidente do Brasil entre 1994 e 2002.

31 José Serra é senador pelo PSDB-SP desde 2015, com mandato até 2022. Já foi governador do estado de São Paulo.

32 Aécio Neves é deputado federal pelo PSDB-MG eleito em 2018, com mandato até 2022. Já foi governador do estado de Minas Gerais.

de sobrevivência. A partir de 2005, a mídia, em dificuldades – com as novas tecnologias que surgiram, e dificuldades também com os investimentos que fez nos anos 1990, e depois com a desvalorização – o Roberto Civita³³ traz a estratégia Murdoch³⁴ para a mídia brasileira, com a diferença que o Murdoch montou a Fox News nos Estados Unidos, mas tinha o contraponto da CNN, do Washington Post, do New York Times; aqui foi como se tivesse uma única Fox News.

Qual é a base de toda essa luta da mídia, que é o pano de fundo para toda a desestruturação institucional e conceitual aqui do país? São os recursos da chamada guerra híbrida, uma guerra cultural. Essa guerra cultural consistiu em tirar de cena, dentro assim do chamado “Olimpo das celebridades”, jornalistas, intelectuais e artistas que poderiam fazer um contraponto; tentando substituir por uma nova estrutura de intelectuais subordinados à mídia.

E daí um ponto muito relevante dessa guerra híbrida, que marca, é algo que eles trazem dos Estados Unidos e aplicam aqui: a desconstrução de notícias e de conceitos, os chamados *fake news*. Não apenas *fake news*, mas a questão dos conceitos também, porque você tem um conjunto de conceitos civilizatórios que vão se acumulando nas sociedades. Se você quiser virar o jogo, você tem que destruir esses conceitos. Então começa a crítica ao politicamente correto. É um processo que vem da Veja principalmente, mas bebendo no Olavo de Carvalho. E você começa a desmoronar todos esses conceitos. Eu vou falar de defesa dos vulneráveis: “ó, isso aí é mimimi”. Eu vou falar que estupro é algo abominável: “não isso aí é...”. Você tenta chocar de tal jeito a opinião pública para desmontar todo esse universo de conceitos que é o que traduz a civilização de um país.

Quando se monta uma democracia em informações; em cima das informações, discussões; em cima das discussões, consensos; em cima dos consensos, leis; e tudo que embaixo do qual essas leis vão abrigar os conflitos da sociedade.

Então, esse desmonte foi algo muito mais amplo do que a capa do *impeachment* foi uma consequência especificamente. O que eles criam, essa questão do direito penal, do inimigo, mas como foi muito colocado aqui pelo Aldo e pelo Serrano, é algo sem coordenação.

Você cria essa ideia de desmontagem das regras específicas, regras até sociais, sociabilidade, regras de educação. Tudo isso é desmontado dentro desse discurso anticultural. E daí você tem ascensão. Os vácuos que vão sendo criados e esses movimentos tectônicos que vem da mídia, abrem espaço para a ascensão das corporações. Então, isso ligado a outro ponto também das políticas do PT, bem intencionadas, de melhoria de salários do setor público e tudo, que cria uma nova geração que não é mais de servidores públicos, são corporações com pessoas que graças ao Estado conseguiram diplomas – lá fora inclusive – e tentam ganhar o seu espaço político dentro daquele novo caos que se esboçava com a mídia brasileira entrando nessa bagunça total de não ter mais parâmetro.

O que é não ter parâmetro? Transformar em escândalo a compra de uma paçoca, de uma tapioca de 5 reais. Transformar em escândalo uma declaração de um maluco que acabava de ser solto da cadeia e dizia que não conseguia um financiamento de 7 bilhões porque

33 Empresário, herdou o grupo Abril.

34 Rupert Murdoch é um dos fundadores da Fox News, nos Estados Unidos da América.

não pagou propina de 5 milhões. Você começa a descaracterizar tudo. Você entra lá, a ficha da Dilma no DOPS, você tem lá invasão do Brasil pelas FARC, você tem Cuba mandando dinheiro aqui em garrafa de rum para o PT.

Então todo esse processo de *fake news* que hoje é combatido pela mídia, tem como criação a parceria que se coloca com Veja à frente, mas seguido pela Folha e principalmente ecoado pelas Organizações Globo. Dentro desse descontrolo e desse discurso de ódio. O ponto que o Pedro coloca, que é muito importante: quando você cria o discurso de ódio, não importa as pessoas, você vai buscar os culpados. Ficou o PT como o culpado maior. O vilão maior era o Dirceu³⁵, que virou o alvo maior.

Daí você tem todas as corporações avançando e tentando ganhar espaço. O Banco Central, que já tem uma tradição de ocupação pelo mercado, a Procuradoria Geral da República e o Supremo Tribunal Federal no mensalão. O mensalão foi um dos grandes embustes. Então ali você começa a esquentar musculatura. Que não deu certo na época, porque o Lula “endoidou”, com aquela crise de 2008. O Lula ganhou uma dimensão mundial e uma dimensão nacional sem paralelo. Então aquilo abortou aquele primeiro movimento.

Mas você tem, então, em um primeiro momento, a Procuradoria e o STF, e, em um segundo momento, vindo já no rastro da Lava Jato, o Ministério Público e órgãos de controle. Todos eles tentando ocupar espaço em cima dessa bandeira da anticorrupção. A única coordenação era a Rede Globo articulando as manifestações. Daí o que você tem? Você tem o *impeachment*, obviamente você tem uma influência externa que não dá para minimizar mais e a bandeira do ultraliberalismo. Não dá para esquecer a grande declaração do próprio Michel Temer, em um evento nos Estados Unidos, de que “se a Dilma tivesse acatado a ‘ponte para o futuro’ não teria caído”.

Você teve todo esse fator, o fator internacional, as interferências norteamericanas. Nós fizemos uma série Lava Jato – lado B³⁶, mostrando claramente como que foi definida essa geopolítica da anticorrupção, em cima dessa deturpação do direito que o Pedro Serrano descreveu tão bem.

Então, entra Temer, Bolsonaro, é um governo só. Bolsonaro é uma continuação do Temer com todas as questões evangélicas e terraplanistas. Então, você tem os negócios da privatização, o desmonte do Estado, aquela história de “se acabar com a previdência o Brasil cresce, se acabar com legislação trabalhista, o Brasil cresce”, que tem vida curta porque mostra uma total falta de condição de criar um modelo alternativo social, econômica e politicamente. Com a pandemia explode tudo. E assim nós temos todo aquele ponto que o Aldo coloca bem, que é uma agitação de todo lado, sem uma coordenação, e você começa o risco Bolsonaro, que dá um pouquinho um banho de racionalidade nas instituições.

A imprensa percebe que perdeu totalmente o protagonismo da opinião pública, através das redes sociais – não apenas as redes *bolsonaristas*, mas da Lava Jato. Também percebe que, para reconquistar o mínimo de espaço, ela tem que voltar a defender teses civilizatórias. Se a imprensa não fizer isso, qual a razão de ser da imprensa? Então, é o seguinte, “vamos mostrar sensibilidade em relação à pobreza, mas não vamos falar sobre uma reforma

35 José Dirceu foi ministro-chefe da Casa Civil no começo do governo Lula, foi condenado no âmbito das investigações do mensalão.

36 Lava Jato – lado B. GGN. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/lava-jato-lado-b/>>. Acesso em: 21 mar 2021.

fiscal que aumente tributação sobre o ganho de capital”. Então, digamos, esse jogo de criar um bom mocismo sem consequência faz parte hoje do desenho da imprensa, mas que tem uma carga pesada atrás de si.

Quando entra o Lula, e esse é o ponto, você tem a freada de arrumação. Toda aquela falta de rumo de repente, você começa a ver, tem uma saída. Você começa inclusive a deslanchar discussões de novo sobre políticas públicas que estavam absolutamente abandonadas.

O Lula tem uma dificuldade política que é o seguinte, ele tem que fazer o pacto como bem colocou o Aldo, e o pacto significa ceder. Até um tempo atrás, a gente via muito receio dele cedendo a esse realismo político, perder a base. Porque a noção de pacto, deixar alguns setores intocáveis, criou as sementes do *impeachment*; que foi a questão da mídia, a questão do mercado, que levou o que quis, e a questão das Forças Armadas. Todos temas intocados que geraram o ovo da serpente.

Como ele vai retomar esse diálogo, que terá que ser feito, mas em que base? Ele no discurso – gozado que o Fernando Henrique colocou que ele fez um discurso esperto, “Fernando Henrique, ele fez um discurso que ele fez uma síntese de um país ali, com uma capacidade de síntese sem tamanho”. Eu escrevi a biografia de um grande brasileiro, que falava o seguinte: eu uso bem as poucas coisas que eu sei. E o que o Lula fez lá foi deixar claramente definida a autoridade do presidente sobre as Forças Armadas, quando disse que teria que demitir o Villas Bôas, se ele se manifestasse como se manifestou no seu governo. Agora o que nós temos claramente, daqui para diante, é um burburinho para todo lado. Pode acontecer de tudo, pode acontecer tentativa de golpe do Bolsonaro, pode acontecer *impeachment*, por que? Porque você tem, daqui para adiante, esse quadro sanitário que o doutor Bacha colocou claramente: caminha para uma catástrofe sem tamanho.

Agora a última informação é que os estados, capitais e tudo, estão sem ingrediente básico para UTI. O Bolsonaro ontem à noite voltou a se manifestar contra o isolamento. Está chegando em uma situação insustentável porque a indignação é muito ampla. Agora quando a gente pega todos os atores nesse momento, qual é a posição de cada um deles?

Em relação à mídia nacional, (existe) essa tentativa de recuperar algum protagonismo, defendendo as boas causas, mas está em fase terminal. Você tem, daqui para adiante, a entrada de grandes grupos. Tem rumores fortes de venda da Globo e com a intermediação do capital financeiro. Essa vai ser a próxima ameaça. Embora a mídia sempre, nos últimos quinze anos, só fizesse o jogo do capital financeiro, agora você tem o controle da mídia pelo capital financeiro. Porque você tem uma legislação brasileira que impede mais do que 30% de capital estrangeiro na mídia. Estão querendo aumentar para 49%. Mas nenhum grupo estrangeiro que se preze vai ser acionista minoritário nacional de mídia que é o setor mais anacrônico na economia. São empresas familiares, mal geridas, em que aqueles pequenos negócios familiares interferem na linha editorial. Então o modelo que vem por aí, é esse modelo CNN. Pega um grande bilionário que surge aqui na parte financeira, ou em outros setores, ele entra como sócio majoritário, trazendo a CNN no caso – como se fosse uma franquia da CNN, ele como sócio majoritário em função da legislação, mas sendo de absoluta confiança da CNN.

Então, provavelmente, esse modelo vai para outros setores também, trazendo um risco muito grande. A China está tentando uma pressão contra aquele sujeito do Alibaba³⁷, pelo fato de ter um controle da mídia, porque não só ele tem o controle da mídia, mas usa as ferramentas de mídia para censurar.

Eu recebi ontem o comunicado de um site que faz todo o monitoramento de *links* que são censurados pelo Google, em função de decisões judiciais. Eu acabo de receber um aqui do GGN, um link que o Google tira da procura, saído da procura do Google, morre. E o que era esse link? Era uma matéria em que nós contávamos fatos públicos do fato da Globo ter depositado dinheiro em *offshore* nesse escândalo que ela conseguiu segurar até agora por pacto com o Ministério Público, no escândalo da CBF. E se baseou em uma lei europeia de defesa dos dados, uma coisa assim, que são formas de censura também. Então, você tem a mídia nessa fase terminal.

Na justiça, (existe a) tentativa de pôr regras, mas com problemas sérios. Você tem um ponto positivo que é essa coesão no STF contra Bolsonaro, mas usando de arbítrio em muitos pontos também. O mercado está pulando do barco do Bolsonaro, sem saber direito para onde ir.

Os governadores criaram esse novo eixo de governabilidade, mas como bem colocou o Aldo, não é algo que sustente a democracia. É um ponto que vai ser muito importante em um quadro maior de pacto. As Forças Armadas conseguiram as suas Malvinas. Ontem eu entrevistei o Fraccaro, que é da Abimo, de material médico, ele contando o que foi o desastre do ministério da Saúde, com Pazuello, não nas decisões de saúde – que o cara não dominava nada – mas decisões simples: de compras e tudo. Hoje conversei com o Wellington Dias, que é presidente do consórcio do nordeste – é um caos total lá. Agora surge essa questão de que a cocaína no avião militar era de militares ligados à Abin. Então você tem um processo realmente em que as Forças Armadas deixam de ser o fantasma que eram no período Lula, no período que você tinha esse medo tal que se subordinava a qualquer twitter de militar.

Daí você tem o *bolsonarismo* e o que ele tenta agora. Ele tem as milícias armadas – esses clubes de tiro de caça, que a gente vem denunciando há tempos. Essa questão de permitir importação de armas tem destino certo, clubes de caça e tiro e ruralistas, que são base de apoio armado do Bolsonaro. Então, digamos, por ele, se tivesse condições – eu acho que não tem – a ideia dele desde o começo e dos filhos é o seguinte: quem defende o governo tem de ser o povo armado: “se tivesse povo armado na Venezuela não teria ocorrido aquilo”, aquelas maluquices lá do Olavo de Carvalho.

Mas você tem aí essa questão das milícias armadas dele, que no limite vão aprontar. Vão aprontar porque é um pessoal maluco. Você pega esse empresário do interior que ameaçou dar tiro no Lula, é um pessoal maluco, mas vão tentar. Porque os filhos têm uma ascendência grande sobre ele. Você tem, digamos, qual é a estratégia dele com esse negócio da morte? O doutor Bacha falou muito bem, que ele quer a morte. Mas a morte, veja bem, no começo, ele veio com aquela história, incentivado por aquele Osmar Terra, do efeito manada. Mas o Banco Central ajudou. O Banco Central fez o que o Guedes e o Roberto Campos Neto apresentaram: grandes estatísticas do Banco Central mostrando que “se não fizer

37 Jack Ma, fundador do Alibaba.

nada, a economia volta em V em pouco tempo”. E aí especialistas vieram e disseram “para de besteira, se deixar explodir isso aí, a população vai exigir um isolamento muito maior”, o que é o que está acontecendo claramente.

Então, hoje, a lógica do Bolsonaro é jogar tudo na questão econômica, no isolamento e nos problemas das famílias. Porque daí a conta vai para os governadores. A doença, a conta é dele. A fome, a conta é dos governadores. É isso que explica, digamos, a extraordinária demora do Paulo Guedes. Pessoas morrendo de fome, literalmente. Os depoimentos que a gente recebe, que tem aparecido na televisão, são de pessoas morrendo de fome. Então eles atrasam quatro ou cinco meses a renda básica e dão o mínimo para o pessoal. A ideia é estimular a pressão contra os governadores.

Do ponto de vista econômico, o que o Guedes está fazendo não adianta. O Guedes é a pior expressão do pior tipo de gestão de política econômica que nós tivemos na história, que são os economistas de mercado. Que é o que vem desde o Plano Real. Passa por Palocci, Meirelles, passa por Malan.. É pessoal sem menor noção do que são as relações econômicas, a importância, digamos, da criação de mercado de consumo. No caso atual, nós temos a pior crise, uma crise que pode derrubar um governo, e o Paulo Guedes vai para o Congresso e fala “porque agora vamos fazer reformas, reforma administrativa, reforma isso...”, contando com uma ignorância abissal da mídia econômica, que eu nunca li coisa igual. Tenho 45 anos de jornalismo econômico, e eu nunca vi um baixo nível tão grande assim. Gostando. “Não, se fizesse reformas, o Brasil está salvo. Se fizer, se respeitar o teto de gastos, o Brasil está salvo”.

Então, o Guedes e o Pazuello são os dois caras que levam o país para o desastre e levam o governo Bolsonaro para o desastre. Então, nesse sentido, a perspectiva de desastre é tão grande, que as resistências em relação ao Lula reduziram drasticamente, a ponto até do Fernando Henrique dar uma entrevista admitindo algo que é óbvio “entre Lula e Bolsonaro, vou ficar com o menos pior”. Mas, então, você tem dentro do mercado hoje uma redução muito grande também dessa resistência, muita gente falando entre o demônio e o Bolsonaro – o demônio é bem interessante porque representa o máximo dessa polarização criada pela mídia, eu ficaria com o demônio.

Daqui para diante eu não sei, são tantos fatores hoje, que a medida que você vai entrar agora numa fase, talvez de saques, de agitação e tudo que pode levar a um, digamos, a consagração de um grande pacto nacional, daí a importância muito grande desse acordo dos governadores. Esse acordo dos governadores traz governadores de vários partidos, fornece uma base para poderem entrar outros setores nesse grande pacto nacional. Mas não sei, se fosse pegar, se não tivesse, digamos, esse fim de mundo que está vindo aí nas próximas semanas, eu falava “não, eles vão empurrar com a barriga até as eleições”. Nas eleições, eu concordo com o Aldo, o Bolsonaro estaria liquidado com essa falta de argumento e de discursos dele. Mas nesse caos atual, tudo é possível. Bolsonaro tentar essa agitação, tentar... Eu acho que hoje ele está muito esvaziado por conta dessa aposta fundamentalmente errada na vacinação. E como ele é um sujeito tosco, ele seguia toda a estratégia da ultradireita do Trump, né? O Trump tomava uma atitude lá, ele aqui. Então esse discurso de ambos de que “não, o problema é o isolamento”, tinha essa estratégia de queimar os governadores e fortalecer e colocar o presidente como oposição. Ele só sabe ser oposição.

Então, “eu sou oposição aos governadores que fazem o lockdown”, a partir de agora isso vai estar desmoralizado. Com a vacina hoje e até ele aderindo a vacina, a mãe vacinando, esse Augusto Heleno, vacinando, falando “vacinei, mas foi de livre e espontânea vontade”.

Quem souber o que vai acontecer, até em termos de probabilidade, sempre você tenta definir probabilidade maior para cá, e eu não sei o que vai acontecer, eu nunca vi uma situação tão irreal.

O único ponto sólido que você tem é que o Lula conseguiu galvanizar todo esse processo de perda de rumo. Agora à medida que você comece a retomar, passe esse impacto inicial, do discurso dele, o que vai acontecer? A mídia e outros setores vão querer voltar àquele padrão de “nós queremos estado de exceção até aqui, estado de exceção que trate o PT como inimigo, até ali é exagero, então vamos voltar para cá”? Porque você não tem os princípios da democracia consolidados no país. Então, digamos o seguinte, se o quadro ficar totalmente caótico, você tem um impacto de qualquer jeito, e com o Lula indo para o centro. Agora, em um quadro de arrefecimento um pouco, a direita vai tentar provavelmente endossar o Ciro, porque os demais candidatos são factóides, o Doria, o Huck...

Encerramento

William Nozaki: Muito obrigado, Nassif. Você que já tem nos ajudado nas análises de conjuntura tradicionalmente com os seus xadrezes, compartilhando com a gente um pouco tanto dessa contextualização mais geral do cenário no âmbito da guerra híbrida, quanto dessa contextualização mais recente no conjunto dos atores e dos grupos de interesse.

Nós temos aqui nas nossas plataformas, e nas nossas retransmissões, centenas de pessoas acompanhando, elogiando muito o conjunto das exposições, tenho certeza de que a combinação das quatro falas, do professor Bacha, do Nassif, do Serrano e do Aldo Fornazieri, nos ajudaram a compor esse complexo mosaico, em que se transformou a conjuntura brasileira. Eu agradeço mais uma vez a participação de todos vocês.

Pelo adiantado da hora, infelizmente, a gente vai ter que encerrar a nossa conversa por aqui. Eu tenho certeza que vocês trouxeram elementos que ajudaram tanto a nossa comunidade acadêmica, da Sociologia e Política – Escola de Humanidades, quanto a opinião pública, no sentido mais amplo, que nos acompanha, a iluminar um pouco desse complexo cenário em que a gente está inserido.

Esse debate, como eu já disse, vai ficar disponível no site da FESPSP e vai ser publicado como parte da série Debates Contemporâneos, que a gente está inaugurando aqui na Cátedra Celso Furtado. Mais uma vez eu agradeço a participação de todos vocês que nos brindaram com essas importantes reflexões. Agradeço a audiência de todos e todas que nos acompanharam até aqui, e desejo saúde a todos, para a gente poder enfrentar essa situação adversa, mas sem perder o espírito de reflexão e o desejo de transformação que nos move. Muito obrigado, boa tarde a todos e todas.

O debate pode ser assistido na íntegra em: bit.ly/DebateConjuntura

Debates Contemporâneos

A realização de eventos que tratam sobre o cenário político e social brasileiro e buscam somar ao debate público, sempre foi parte importante da história da Sociologia e Política. Faz parte da nossa missão “contribuir para a consciência e o exercício de uma cidadania responsável, participativa e solidária, construtora de uma linha de força da sociedade civil”.

Desde a sua fundação, em 1933, a instituição tem a preocupação de unir os conhecimentos produzidos e debatidos internamente aos conhecimentos de especialistas externos, como agentes públicos, cientistas, acadêmicos, profissionais técnicos e demais cidadãos que lidam diretamente com os temas que estudamos.

Buscando trazer uma nova forma de acesso a esses conhecimentos, a Sociologia e Política – Escola de Humanidades traz a série Debates Contemporâneos. São e-books de acesso livre, produzidos pela Escola, com a transcrição na íntegra de eventos realizados em nosso canal no youtube.

Sobre a Sociologia e Política – Escola de Humanidades

A Sociologia e Política – Escola de Humanidades é uma marca da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), instituição de ensino e pesquisa sem fins lucrativos, que há 87 anos possui destacada atuação no desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Mantém cursos de graduação, pós-graduação e extensão em diferentes áreas das Ciências Sociais Aplicadas e da gestão de políticas públicas. Os cursos são pautados na valorização do conhecimento científico, na aplicabilidade e interdisciplinaridade, na capacidade de inovação e na melhor tradição humanista.

A Sociologia e Política – Escola de Humanidades (FESPSP) une a tradição da instituição com uma necessária renovação diante dos desafios impostos pelas mudanças sociais, políticas e econômicas do país. Desde a sua criação, em 1933, os estudos e pesquisas realizados pela instituição tiveram como base conceitual o Estado e o seu desenvolvimento, o que influenciou fortemente o pensamento social brasileiro. Atualmente, uma das áreas de concentração da instituição tem sido a de políticas públicas em infraestrutura urbana e saneamento. Nesse sentido, possui diversos programas com cursos e projetos relacionados ao desenvolvimento institucional, planejamento e gestão nesses setores

ISBN: 978-65-86612-02-8

CDL



9 786586 612028



**SOCIOLOGIA
E POLÍTICA**
ESCOLA DE
HUMANIDADES



www.fespsp.org.br